
ENERGIA, GUERRA E TRANSIÇÃO: A GUERRA DA UCRÂNIA E OS NOVOS PARADIGMAS DO CONSUMO ENERGÉTICO¹

ENERGY, WAR AND TRANSITION: THE UKRAINE WAR AND THE NEW PARADIGMS OF ENERGY CONSUMPTION

DOI: [10.5380/cg.v11i3.86616](https://doi.org/10.5380/cg.v11i3.86616)

Filipe Philipps de Castilho²

Resumo

O artigo busca investigar os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia para com os novos rumos da transição energética, procurando verificar como (ou se) o conflito pode acelerar essa transição. Para tal, o artigo tem como objetivo versar sobre questões envolvendo a temática da energia, com foco na relação entre Rússia e Europa, mostrando seu histórico, o imbróglio decorrente da guerra e os possíveis novos rumos dessa relação. Procura-se entender os desdobramentos do conflito frente ao potencial de aceleração de uma transição para energias renováveis, bem como acelerar uma maior independência energética da União Europeia. Foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre o tema, utilizando diversos dados disponíveis e artigos sobre a questão, cujos resultados indicaram que o conflito em si, a princípio, poderia de fato acelerar e estimular uma transição para uma energia mais limpa, mas que tal processo encontraria barreiras na atual conjuntura operacional e política europeia.

Palavras-Chave: Energia; Transição; Guerra; Rússia; Ucrânia.

Abstract

The article investigates the effects of the war between Russia and Ukraine on the new directions of electric energy transition, while trying to verify how (or if) the conflict can accelerate this transition. To this end, the article aims to deal with issues involving the theme of energy, focusing on the relationship between Russia and Europe, focusing on its history, the new issues resulting from the war, and the possible new directions of this relationship. The aim is to understand the consequences of the conflict regarding the potential for accelerating the transition to renewable energies, as well as to greater energy independence from the European Union. Qualitative research was carried out on the subject, using various available data and articles, which indicate that the conflict itself, in principle, could indeed accelerate and stimulate a transition to clean energy, but that such a process would encounter barriers in the current European operational and political situation.

Keywords: Energy; Transition; War; Russia; Ukraine.

1. INTRODUÇÃO

A energia está no foco da Europa desde a gênese de sua integração, em 1951, com a formação da Comunidade Europeia do Carvão e Aço. Ao longo do tempo, essa integração passou por diversas

¹ Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Mestrando do programa de pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR). E-mail: philipps_filipe@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6266-0934>.

mudanças e nomenclaturas, mas o fator energético sempre se manteve extremamente relevante no cerne no debate. Como ponto fulcral, a questão do poder de barganha energético russo é um elemento de controvérsia e análise desde os tempos da extinta União Soviética, principalmente em referência ao gás natural russo e a distribuição para o resto da Europa. Paralelamente a isso, foi ficando paulatinamente mais pungente a busca mundial por uma transição energética visando fontes renováveis e limpas, uma busca que parece encontrar uma via de aceleração nas deliberações da guerra entre Rússia e Ucrânia. Dada a dependência dos países europeus do gás russo, o cenário da guerra poderia acelerar o processo de transição para fontes mais limpas de energia, como eólica ou solar. Atualmente, a Rússia responde por mais de 40% do gás importado pelas nações europeias, e esse produto já se encontrava com a oferta insuficiente e os preços em alta. Além disso, os gasodutos que levam o combustível até a Europa passam pelo território ucraniano. O artigo busca entender de que maneira o conflito poderia acelerar uma transição para um modelo focado em energias renováveis, bem como sobre a questão da independência energética da União Europeia.

Na primeira seção, o artigo busca fazer uma revisão sobre o histórico energético entre a Rússia e o resto da Europa, focando no poder de barganha russo, principalmente em relação ao gás natural, que data desde os tempos de União Soviética. Na seção seguinte, busca-se fazer um apanhado sobre a procura pela transição energética em solo europeu, mostrando essa nova visão focada na renovação e transformação energética, e de que maneira ela se desenvolveu ao longo do tempo. Na terceira seção, mostra-se o conflito entre Rússia e Ucrânia e sua influência para com esses novos rumos de transição. Na sequência, como conclusão, aponta-se que o conflito pode de fato servir como um catalisador da transição energética e da independência de energia do resto da Europa, mas que as dificuldades de cunho político e operacional constituem barreiras impeditivas para tal celeridade.

2. O HISTÓRICO ENERGÉTICO ENTRE RÚSSIA E EUROPA

A questão energética sempre constituiu o elo mais peremptório entre a Rússia e o resto da Europa e do mundo. A relação entre Rússia e União Europeia mostra uma grande interdependência energética, visto que grande parte da exportação da energia russa tem como destino o bloco europeu. A Rússia fornece mais de 30% de gás e petróleo importado pela União, o que denota a força da influência russa para com as políticas energéticas do bloco europeu. O setor de energia sempre foi um grande instrumento comercial para Moscou, bem como uma pedra basilar para a estabilização e o crescimento do poder russo no Sistema Internacional (NOWAK, CWIEK-KARPOWICZ & GODZIMIRSKI, 2015). Os russos extraem o gás natural desde o século XVIII, e os principais gasodutos que conectam a Europa foram construídos ainda na metade do século XX (GOODRICH & LANTHEMANN, 2013).

O setor de energia fez com que a Rússia conseguisse fortalecer sua influência sobre os países de seu círculo de influência, visto que os russos subsidiaram petróleo e gás natural para o bloco soviético desde o início da Guerra Fria, fator que ajudou a fortalecer a influência dos soviéticos a partir de uma relação de dependência para com seus vizinhos. Os russos usaram o gás natural como a ferramenta de alcance para seus objetivos políticos, ao extraírem compromissos em troca de fornecimento de gás, ao reterem os fluxos entre as fronteiras e ao cobrarem preços acima dos de mercado (GOODRICH & LANTHEMANN, 2013).

É preciso entender que a energia pode ser um recurso, um mecanismo transformador e uma maneira de indicarmos a capacidade de exercer poder (KERR, 2012). O suprimento de recursos energéticos possibilita estabilidade em vários níveis, um bom funcionamento dos serviços em geral, a manutenção ou a melhoria do padrão de vida da população, a normalidade na produção industrial e a defesa do território nacional (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). Um suprimento suficiente, contínuo e com um preço razoável possui os três fatores que formam um trio fundamental, pois a falta de qualquer um acarreta consequências graves para a economia, a política e a segurança nacional dos Estados.

Sobre as trocas econômicas e energéticas, é difícil que as mesmas fiquem isoladas em suas próprias searas, pois o comércio internacional acaba envolvendo relações de poder e de política; a hierarquia do poder econômico acaba por ser também uma hierarquia nas relações políticas, visto que Estados mais ricos possuem maior peso no cenário internacional (GILPIN, 2001). A impossibilidade de isolamento da economia e a inter-relação entre a economia e outras áreas estão muito presentes na questão energética, com a política, a geopolítica, a barganha, a interdependência, a segurança e a estratégia encontrando-se intrínsecas ao processo (KERR, 2012). Nesse ponto, encontramos o conceito de centro de decisão energética, que pode ser entendido como a capacidade de planejamento e decisão da construção e do uso da infraestrutura logístico-energética e produtiva (KERR, 2012). A relação entre a capacidade de extração de recursos ou a posse dessas fontes, conjuntamente com o poder, não se verificam sempre na realidade, pois há Estados com grandes reservas e que fazem extração de recursos como gás e petróleo, mas que não possuem poder de fato (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). A disponibilidade de recursos energéticos, portanto, não delibera peremptoriamente em riqueza, desenvolvimento e poder.

Já acerca do histórico do gás russo, o processo de comercialização e extração se iniciou timidamente ainda nos anos 40, em solo ucraniano (então parte da União Soviética), encontrando seu processo de aceleração na década seguinte, com a descoberta de reservas onde hoje constitui a parte europeia da Rússia, ao longo do rio Volga e dos montes Urais. Essas descobertas fizeram com que o governo soviético começasse a ver no setor de gás uma fonte de crescimento econômico e de importância geopolítica. A partir disso, temos a implementação de novas resoluções para que o fomento do projeto encontrasse um crescimento expressivo (KESSLER, 2011).

Paralelamente, no pós-Segunda Guerra, encontra-se um novo cenário do consumo energético europeu. O consumo total de carvão na Europa aumentou 2,7% ao ano no período de 1950 a 1958. O papel desempenhado pelo carvão na Europa se deve ao fato de na Europa Oriental (excluída a União Soviética), 90% da procura de combustível primário em 1958 ser satisfeita com aquele produto. Mesmo na Europa Ocidental, apesar de a procura de carvão não ter aumentado senão 1% ao ano, em 1958 este produto ainda cobria 70% da procura total. Na União Soviética, onde o consumo total de energia duplicou no período em questão, o petróleo representava perto de um quarto do mercado de combustíveis, momento em que se tem o início do projeto envolvendo o gás natural. A procura de energia continuou a crescer na década seguinte, mas sem o foco no carvão, cuja procura começou a cair no final da década de 60. Tal modificação foi mais sentida na Europa Ocidental do que na Oriental. Em 1969, a Europa Ocidental era tributária de fontes não europeias — sobretudo do petróleo do Oriente Médio e da África — em mais de metade das suas necessidades em energia. A produção de gás natural, de petróleo, de hidroeletricidade e de eletricidade de origem nuclear não ia além dos 10%, o que, no total, não deixava mais do que um terço do mercado para o carvão (ROLO, 1973).

Durante a década de 60, as importações representavam mais de metade do consumo de energia na Europa, sendo o seu principal fornecedor justamente a União Soviética. As trocas de combustível entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental aumentaram paulatinamente a partir da década de 60, período que coincide com o desenvolvimento de dois sistemas energéticos distintos e parcamente ligados entre si: o sistema da Europa Ocidental, dependente do petróleo, e o sistema da Europa Oriental (sem a União Soviética), fortemente centrado na utilização do carvão como fonte de energia, ligado às inúmeras reservas de petróleo bruto e gás natural da União Soviética. Apesar do crescimento paulatino das reservas de gás natural da Europa ocidental, a necessidade de importação para com o gás russo foi aumentando cada vez mais. (ROLO, 1973). Portanto, é na década de sessenta que fica evidente que o crescimento da Europa Ocidental não poderia ser sustentado com as fontes de energia então presentes. Nesta época, o setor de gás já era uma prioridade para os soviéticos, que já dispunham de uma enorme rede de transporte ligando seu território ao resto da Europa. Tal rede começou a ser construída em 1967 para a então Tchecoslováquia e depois em direção a Áustria (KESSLER, 2011).

A situação caminhou de maneira gradual, até que partir de década de 80 se iniciou o projeto para a construção de uma rede de transporte em direção aos demais países da Europa. Tal fato causou diversos protestos, inclusive do governo norte-americano, que via o projeto como uma ameaça à segurança europeia, pois, segundo eles, os países para onde esse gás seria destinado se tornariam vulneráveis em casos de crises políticas entre eles e a URSS, causando uma relação de dependência. A Europa, contudo, não deu vazão às críticas, apontando as recém-descobertas reservas de gás norueguês como possíveis substitutas ao gás russo (KESSLER, 2011).

2.1. O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA E O FORTALECIMENTO DA GAZPROM

Com o colapso da União Soviética em 1991, a Rússia se tornou a principal herdeira do setor de gás desenvolvido entre 1955-1990, e foi se reposicionando como uma grande potência energética do século XXI, desenvolvendo sua rede de oleodutos e gasodutos, tornando-se a grande força do abastecimento de petróleo e gás para a Europa e para os grandes centros econômicos e demográficos da Ásia Oriental (GUTIERREZ, 2017). Uma grande mudança no campo energético, principalmente a partir do governo de Vladimir Putin no início dos anos 2000, é o fato de que a empresa Gazprom, da área de distribuição e comercialização de gás natural, passou a ser controlada pelo Estado russo, visando a permanência do monopólio da rede nacional de distribuição de gás natural e comercialização.

Sobre a Gazprom, vale ressaltar que é a maior empresa de gás russo e é controlada pelo Estado, que detém os 51% de ações suficientes para tal. A empresa é detém o monopólio de todas as exportações de gás feitas pelo país, bem como de suas redes de transmissão, sendo responsável, aproximadamente, por 90% da produção de gás do país, o que seria equivalente a 25% da produção mundial. Isso é refletido nas receitas do governo, com a companhia sendo a principal contribuinte de todo o país, fornecendo cerca de 25% das receitas do Estado russo e sendo responsável por cerca de 8% do PIB, 20% de suas exportações (KESSLER, 2011). O potencial de exploração e domínio da Gazprom é consequência direta da estrutura de gasodutos e campos de exploração da era soviética. Os campos de exploração que não interessam para a companhia são explorados pelos produtores independentes. Podemos dizer, então, que o mercado russo é monopolístico, já que as empresas não são tomadores de preços, mas têm a capacidade de formulá-los. Além disso, o Estado russo faz uso do oligopólio para operar no mercado de transportes do gás natural pela Europa, visando controlar os preços do produto. A partir dos anos 2000, o governo russo assumiu uma postura cada vez mais agressiva em suas negociações com antigos Estados soviéticos e com a Europa, explorando a falta de alternativa destes e usando a insegurança energética dos países europeus para alcançar seus objetivos políticos (NOWAK, CWIEK-KARPOWICZ & GODZIMIRSKI, 2015).

Muito do poder derivado do comércio de gás natural russo está relacionado ao controle sobre a infraestrutura, visto ser ela a transformadora dos recursos de poder em capacidades, deliberando o uso para fins políticos (KERR, 2012). O poder obtido pelos russos ao utilizar o gás de maneira política é feito pelo controle que exercem sobre a infraestrutura que possibilita o transporte do gás natural (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). Sendo assim, a exploração russa do sistema de infraestrutura responsável pelo transporte do gás natural é a chave para entendermos as relações entre a UE e a Rússia no mercado de gás natural. Lembremos que o país controla majoritariamente a maioria das doze linhas que abastecem a Europa (NOWAK, CWIEK-KARPOWICZ & GODZIMIRSKI, 2015).

O fato de a Rússia manter o poder de maneira vertical, concentrado fortemente no Presidente, permite tomadas de decisões de maneira mais célere (e o caráter monopolístico do mercado e o domínio sobre a Gazprom garantem ao Governo o controle sobre o desenvolvimento do setor e da sua regulamentação), enquanto que na UE, pelo fato de termos múltiplos atores, o processo decisório é longo, com resultados geralmente previsíveis devido às políticas de transparência (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). O espaço de manobra dos russos e o menor comprometimento com os ganhos objetivamente econômicos fazem com que essas vantagens estratégicas lhes deem manobras para o uso da dependência europeia (NOWAK, CWIEK-KARPOWICZ & GODZIMIRSKI, 2015). Nesse panorama, temos o caráter institucional e político da situação.

Tabela 1 – PRINCIPAIS PRODUTORES DE GÁS NATURAL NO MUNDO EM 2021

Produtores	Bilhão m3	% mundial total
EUA	934	23
Rússia	702	17
Irã	257	6
China	209	5
Catar	177	5
Canadá	172	4
Resto do mundo	1184	39

Fonte: IBP (2022).

Vale ressaltar que essa relação não é de mão única, pois os russos também dependem da União Europeia; sempre ficou claro que o mercado de gás natural russo teria de operar em larga escala para que os lucros fossem superiores aos custos de produção em seu extenso território. Para que os objetivos políticos e econômicos fossem concretizados, a produção das fontes de energia não poderia se dar em um solilóquio (GOODRICH & LANTHEMANN, 2013). Portanto, o consumo europeu permanece extremamente importante para os planos russos, dado que cerca de 50% do orçamento do governo depende dos lucros advindos das exportações de petróleo e gás (UMBACH, 2014). O panorama, contudo, começa a mudar a partir do final dos anos 2000, já que o próprio uso do setor de gás natural como ferramenta política russa começa a se desestabilizar, pois os países europeus passam cada vez mais a não enxergar no país um parceiro confiável (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). No caso da infraestrutura, temos o fato de que os sistemas de gasodutos passam por países com histórico de bloqueio dos fluxos de exportação russos, como no caso justamente da Ucrânia (60% do gás exportado pelos russos passa por seu território), o que fez com que as buscas pelo fim dessa dependência aumentassem progressivamente (NOWAK, CWIEK-KARPOWICZ & GODZIMIRSKI, 2015).

3. A BUSCA PELA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PELO FIM DA DEPENDÊNCIA RUSSA

A dependência do fornecimento da Rússia sempre dividiu as opiniões na União Europeia, com especial preocupação entre os dez países que pertenciam ao bloco soviético. A Alemanha enfatizava a interdependência, pois o fato de a Rússia depender da UE como mercado exportador diminuiria sua capacidade de usar sua posição no mercado como instrumento de poder político (ROMANO, 2014). No entanto, desde 2008 encontramos uma retração no nível de importações europeias de gás natural russo. Os países europeus cada vez mais tentam diversificar as rotas de transporte para seu suprimento de gás natural, bem como em relação aos fornecedores. Temos a construção da Trans-Adriatic Pipeline (TAP), em operação desde 2018, e a Trans-Anatolian Gas Pipeline (TANAP), que opera desde 2020, que juntas detêm a capacidade para transportar cerca de 20 bilhões de m³ de gás natural, sendo as bases para a estratégia europeia de construir um Corredor de Gás sem a dependência do gás natural que transita pela Ucrânia.

Tabela 2 – PAÍSES POR BILHÕES DE METROS CÚBICOS IMPORTADOS DA RÚSSIA

País	Volume de importações
Alemanha	42,6
Itália	29,2
Belarus	18,8
Turquia	16,2
Holanda	15,7
Hungria	11,6
Cazaquistão	10,2
Polônia	9,6

Fonte: BBC (2022).

A discussão em torno da mudança climática começou a tomar uma nova forma dentro da política energética no âmbito global. A emissão de gases de efeito estufa (GEE), em particular dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, provoca efeitos nefastos para o clima e para a produção alimentar. E a emissão de GEE, na maioria das vezes, resulta da queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás (ROMANO, 2014). Esses elementos de ordem material, aliados à questão política, aumentaram de maneira pungente o ensejo para uma diminuição dessas fontes de energia.

Essa diminuição de dependência e da busca por novas alternativas se deve fundamentalmente a fatores como o desejo dos países do bloco europeu em adquirir maior independência energética da Rússia, o crescente uso e procura de fontes renováveis de energia e a crise econômica de 2008. Temos também a busca por outras fontes de gás natural, mas a utilização dessas fontes não convencionais depende sobremaneira das capacidades tecnológico-econômicas de cada país possuidor de reservas (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). Convém lembrar que a preocupação com a segurança energética entra no radar europeu com o choque de petróleo de 1973, acerca da questão da segurança de abastecimento de petróleo e gás. Não sendo uma redução absoluta

da dependência externa, a busca paulatina por uma minimização dessa dependência acabou por ser cada vez mais alta e crescente dentro da União Europeia (SILVA, 2007).

Sobre a busca pela renovação energética dentro da União Europeia, em 2001 foi aprovada no Parlamento Europeu a diretiva 2001/77/CE, que procurava promover a promoção das energias geradas a partir de fontes renováveis no mercado interno, mas que, contudo, nunca encontrou seu apogeu. Sendo assim, a transição energética acabou por se transformar no grande paradigma da União Europeia, que, em uma busca pela dependência em relação aos recursos russos, encontra uma barreira de transformação nos elevados custos para tal e na assimetria na divisão dos recursos destinados a estimular as energias verdes, fazendo com que a meta de 20% (revisada para 32%, pelo Pacto Verde Europeu) de que toda sua produção energética fosse oriunda de fontes renováveis não coadunasse com a realidade da maioria dos países do bloco. Isso fez com que a Europa se visse diante do dilema de encontrar sua dependência energética, transformar sua indústria, cumprir com as metas ambientais e minimizar o impacto socioeconômico (GUERRA, 2022).

Conjuntamente com a questão climática e dos GEE, a UE também teria a preocupação de diminuir sua dependência de energia fóssil, dada a escassez cada vez mais crescente em seu território, o que justificaria investimentos e políticas para a promoção e incentivo do uso de energias renováveis (ROMANO, 2014). A dependência energética seria de fato uma preocupação especial para a Europa, o maior importador de petróleo e gás, com a maioria dessas importações advindas das regiões do Golfo Árabe, da Rússia e África do Norte (EUROPEAN UNION, 2003, p. 3). O ativismo legislativo da Comissão conseguiu fazer com que a relação entre o consumo de energia e o produto interno bruto (PIB) diminuísse entre 2003 e 2009 em 10% (CE, 2010, p. 4), assim como uma queda na emissão de GEE de 16% em 2011 com relação aos níveis de 1990 (European Commission, 2012, p. 4).

Nesse aspecto, temos o surgimento do Pacto Ecológico Europeu em 2019, cujo mote seria o de redefinir o compromisso do bloco de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, servindo de resposta para as questões dos problemas climáticos; se trataria de uma estratégia de crescimento visando zerar emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050, com a intenção de aliar o crescimento econômico com a não utilização dos recursos fósseis. O Pacto Ecológico seria parte integrante da estratégia da Comissão Europeia para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como as outras prioridades anunciadas nas orientações políticas da presidente Ursula von der Leyen (COMISSÃO EUROPEIA, 2019).

3.1. A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Podemos entender o conceito de segurança energética como a condição “ideal” de um Estado ou uma região, no que concerne um nível de disponibilidade de energia suficiente em relação às suas

taxas de crescimento econômico e de desenvolvimento. A segurança energética se concatena com a capacidade de aumentar o consumo de energia sem obstáculos pertinentes, advindos de problemas na tecnologia, na infraestrutura – extração, geração, distribuição e consumo – e na disponibilidade de recursos (KERR, 2012). Por sua vez, ela é fundamental para a sustentação da logística nacional, da soberania do Estado, da logística militar e da defesa nacional. A questão da segurança de infraestrutura se relaciona com a dependência de recursos energéticos importados e com a dependência da infraestrutura de fora do território Estatal ou de dentro do Estado (KERR, 2012). Como exemplo, a dificuldade de proteger dutos (distribuição) é maior do que a de proteger uma usina (geração), em função da área. A segurança energética envolve então várias questões nos diferentes níveis do setor energético, relacionadas à importação, à dependência, à distribuição e à infraestrutura (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016). No que diz respeito à sua política, podemos fazer uma distinção entre as ações do governo para mitigar os riscos de curto prazo de indisponibilidade física que ocorrem geralmente em caso de ruptura de abastecimento, e os esforços para melhorar a segurança energética no longo prazo. No primeiro caso, as ações abarcam o estabelecimento de reservas estratégicas, o diálogo com os produtores e os planos de contingência que visam reduzir o consumo em tempos de interrupção de fornecimentos críticos. No segundo caso, as políticas tendem a se concentrar no ataque às causas da insegurança energética (EIRAS, 2011). São as bases que encontramos atualmente na correlação entre o conflito Rússia e Ucrânia e o panorama energético europeu.

A Europa, portanto, há tempos encara como meta uma nova maneira de investir em tecnologias que diversifiquem ao máximo o seu mix energético, com baixa complexidade de implementação, que seja economicamente competitiva, que capacite a produção endógena de energia e que constitua soluções sustentáveis. Entretanto, é necessário também um potencial de comercialização no mercado, principalmente nos eixos de eficiência energética, biocombustíveis de origem celulósica, combustíveis fósseis ecoinovadores, energia nuclear e exploração e produção de gás não convencional (EIRAS, 2011). Podemos ver, então, que o conceito de segurança energética está no topo da agenda global, em um cenário energético em constante transformação, no qual todos permanecem reféns de vulnerabilidades endógenas e exógenas, com uma previsão difusa e muitas vezes incerta (POPESCU, 2015, p. 467). No caso da União Europeia, a necessidade de reduzir as fragilidades estruturais se faz cada vez mais presente com o ensejo crescente de sair da dependência da Federação Russa, com o intuito de garantir a independência do abastecimento de petróleo e de gás natural, dado o receio da utilização geopolítica por parte dos russos. Procura-se, assim, encontrar fornecedores e rotas de abastecimento alternativas tão ou mais seguras que aquelas advindas da Rússia, aumentando a capacidade de armazenamento e autonomia da União Europeia (RODRIGUES, 2019).

4. A GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA: ACELERAÇÃO OU ESTAGNAÇÃO?

Após o fim da Guerra Fria em 1989, a extinção da União Soviética levou à formação de vários novos estados soberanos, que se tornaram fonte de interesse para o Ocidente, que viu na penetração desses espaços geopolíticos um elemento essencial para a possibilidade de sufocamento russo, na criação de instabilidade política, na ocupação dos vácuos de poder e no acesso aos recursos eurásianos, principalmente o gás natural e o petróleo, mercadorias básicas do Oeste (APARECIDO, AGUILAR, 2022). O objetivo dos Estados Unidos e de seus aliados europeus seria, portanto, tirar principalmente a Ucrânia da órbita de influência russa, ao incorporá-la ao Ocidente. Nessa estratégia, encontramos um elemento fundamental: a expansão da OTAN, cujos movimentos em direção à fronteira russa podem ser observados desde o fim da Guerra Fria, e também o desejo de expansão da União Europeia.

Como ponto importante, podemos citar durante o período a Revolução Laranja em 2004, que se pautou na promoção da democracia na Ucrânia e em outros lugares, realizando a derrubada do então governo para implantação de um regime democraticamente eleito. A estratégia se pautaria no estabelecimento de regimes supostamente democráticos e pró-ocidentais. (APARECIDO, AGUILAR, 2022). A escolha da Ucrânia se dá pelo caráter simbólico do país, dado que se o mesmo concretizasse sua participação na OTAN, poderia servir de exemplo para países vizinhos. Essa aproximação macularia a zona de influência russa, pois o país vê a OTAN com hostilidade, convencida de que a organização é um instrumento de dominação ocidental que defende os interesses econômicos americanos, que por seu lado utilizam da bandeira da democracia e dos direitos humanos para justificar suas ações.

Desde o fim da União Soviética, o contrato de fornecimento do gás russo para a Ucrânia se pautou em termos preferenciais, mas a Revolução Laranja de 2004 levou ao término das causas políticas que levaram ao acordo. Em 2006, com o aumento dos preços para os ucranianos pela Gazprom e com a consequente recusa dos mesmos, o fornecimento foi interrompido. Em represália, a Ucrânia se apropriou de parte do gás que passa por seus gasodutos, provocando uma supressão substancial do abastecimento de gás em alguns Estados membros da União Europeia (FERNÁNDEZ, RODRIGUEZ, 2016). Devido à magnitude global do problema, a UE se viu obrigada a entrar no imbróglio, facilitando as negociações de um acordo para o fim do conflito. Esses esforços culminaram na aprovação de uma aliança entre a Rússia, Ucrânia e União Europeia, que resultou na assinatura de um acordo para acabar com as discrepâncias. As soluções aplicadas pela União durante a crise incluíram maior energia disponível e diversificação de rotas. Um ano após as disputas, o Parlamento Europeu declarou que uma interrupção do abastecimento de gás à UE poderia prejudicar todos os Estados (FERNÁNDEZ, RODRIGUEZ, 2016).

A relação entre os governos da Rússia e da Ucrânia sempre foi de grande importância estratégica para os demais países da Europa. Sob o ponto de vista econômico, as condições impostas

nesta negociação levaram a Ucrânia a uma situação pior do que a vivida após o impasse de 2005, com o aumento da dependência do gás russo para sua atividade e aumentos periódicos em seu preço que só exacerbam a vulnerabilidade do país (TOSTES). Nesse ponto, temos a questão da insegurança energética, que pode variar em níveis, iniciando em escassez aguda pontual e/ou temporária de energia, como pequenos blackouts ou cortes temporários no fornecimento de eletricidade ou combustíveis (KERR, 2012). Nessa categoria, podem se encaixar os episódios de corte no fornecimento de gás natural da Rússia para a Ucrânia.

A situação entre os dois países se deteriorou de maneira pungente a partir de 2021, com a Rússia, incomodada com a aproximação dos ucranianos com a OTAN, afirmando querer impedir o que classificou de cerco à sua fronteira com a possível adesão da Ucrânia à aliança militar ocidental. Putin ainda acusou o governo ucraniano de genocídio contra ucranianos de origem étnica russa que vivem nas regiões separatistas de Donetsk e Luhansk, alegando que uma invasão ao território ucraniano teria como o objetivo tentar "desmilitarizar e desnazificar" a Ucrânia, o que pode servir de justificativa para uma eventual deposição do atual governo ucraniano. A Ucrânia, por sua vez, rebateu os argumentos afirmando que uma eventual guerra seria uma tentativa da Rússia de restabelecer a zona de controle e influência da antiga União Soviética.³

É necessário ressaltar que a guerra envolve uma disputa de narrativas. Por um lado, a Rússia utiliza de discursos nacionalistas, históricos e identitários, e a divisão existente no território e na sociedade ucraniana, para a preservação de um território estratégico datado da época da União Soviética. Por outro, a narrativa do Ocidente se baseia na insistência de uma desobediência aos pilares ocidentais da boa conduta. As tensões na Ucrânia poderiam ser vistas, então, como parte de uma disputa entre os grandes atores internacionais do Ocidente e do Oriente (APARECIDO, AGUILAR, 2022).

No cerne do conflito temos a questão do abastecimento de energia. Os desdobramentos do conflito afetam toda a população global, dada a elevação dos preços e o perigo de uma escassez. Muito embora o estopim da guerra seja o avanço da OTAN, fica claro que a questão energética é um ponto fulcral. Além disso, há também uma espécie de "dilema energético" entre Rússia e EUA envolvendo o fornecimento de gás natural para Europa, já que com o crescimento da indústria de shale gas e das exportações de gás natural, que também são feitas pelos EUA, o país busca aumentar sua inserção no abastecimento energético da Europa (LEÃO, 2022). Os russos, portanto, temeriam perder o protagonismo na seara energética europeia. Exatamente por conta da diminuição nas exportações russas (principalmente daquelas decorrentes da crise de 2008 e da revolução do gás de xisto nos EUA), a Rússia busca encontrar novas rotas para o fornecimento de gás à Europa (que não sejam tão dependentes da Ucrânia) e novos mercados, em especial o asiático, para antecipar-se à queda no consumo europeu (LORENTZ, GODWARD, RODRIGUEZ, 2016).

³ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60606340>.

A adesão da Ucrânia à OTAN poderia fazer com que todos os gasodutos que conectam o gás russo à Europa estivessem sob o controle da aliança militar, como os gasodutos Nord Stream 1 e 2, que passam próximos aos países bálticos (Estônia e Letônia), e o gasoduto Druzhba, que passa pela Polônia. O único gasoduto que atualmente não está próximo de fronteiras da OTAN é o Turkstream, que atravessa o Mar Negro, onde se encontra a Crimeia e a Ucrânia. Os Estados Unidos e a Alemanha entraram em um acordo para promover sanções para o uso do Nord Stream 2. A entrada da Ucrânia na OTAN, portanto, seria estratégica para a aproximação dos Estados Unidos do Turkstream. Do lado da Rússia, a anexação da Crimeia e a invasão da Ucrânia atendem aos seus interesses de manter a Europa dependente do seu gás natural (LEÃO, 2022). A continuidade dessa disputa tende a agravar esse cenário. A guerra econômica e energética promovida por americanos e russos afetará o mundo inteiro, pressionando a oferta e preços em níveis não vistos nas últimas décadas.

4.1. O ASPECTO TÉCNICO COMO IMPEDITIVO

Cerca de 40% do gás natural importado pela Europa vem da Rússia, dependência que aumentou a preocupação dos governos no atual cenário de guerra. Embora a Alemanha tenha suspenso a aprovação final do gasoduto Nord Stream 2, que permitiria aumentar as importações de gás da Rússia, os países europeus continuam comprando gás russo, enquanto intensificam as sanções financeiras contra Moscou.

A escassez de suprimentos globais e a gigantesca onda de inflação que afeta o mundo deixaram os governos europeus em uma encruzilhada, especialmente a Alemanha, que tomou a decisão de reduzir suas fontes de energia nuclear.⁴

Portanto, uma das consequências do conflito poderia ser a aceleração da transição energética; porém, no curto prazo, vê-se o inverso, pois os mesmos governos europeus que têm liderança reconhecida na agenda de descarbonização estão preocupados com a segurança energética nos próximos meses. As importações de carvão do continente aumentaram em 56% em janeiro em relação ao mesmo mês de 2021, e as termelétricas estocaram uma enorme quantidade de combustíveis fósseis, dada a incerteza em relação ao fornecimento de gás russo. Tal cenário é paradoxal, pois o conflito apresenta o potencial de fazer o mundo a se afastar inicialmente dos objetivos de descarbonização consagrados no Acordo de Paris, mas ao mesmo tempo parece garantir e acelerar as buscas por novas fontes e fornecedores alternativos de energia, preferencialmente verde (TEIXEIRA JUNIOR, 2022).

Fica claro, portanto, que embora a Rússia necessite dos recursos financeiros ocidentais, o país também pode diversificar, em curto e médio prazo, o envio de gás natural para outros grandes consumidores como China, Paquistão e Índia, cujas infraestruturas já se encontram prontas ou

⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60623903>.

avançadas. Essa situação não é encontrada na Europa Ocidental, que teria que construir novos gasodutos para manter a conveniência do consumo ou importar energia dos Estados Unidos, do norte da África ou trazê-la da Ásia Central. Nisso residem dois problemas: o primeiro seria geopolítico, pois a Rússia pode pressionar seus antigos domínios para que não exportem gás para o Ocidente via Turquia, ou demonstrar força contra esta para não dar escoamento rumo ao Mediterrâneo; e o segundo, que residiria sobre a questão de que mesmo que essas fontes produtoras aceitem o projeto, seria necessário fortes adaptações e trabalhos extras para produzir mais energia em um curto espaço de tempo, o que seria problemático, pois demandaria um tempo que não se prende obrigatoriamente às necessidades e carências energéticas da Europa Ocidental, mas sim às condições técnicas (HAGE, 2022).

Além disso, há outro tipo de oposição: a política. Um exemplo é a publicação, em setembro de 2010, de um comunicado conjunto das entidades patronais e sindicais da indústria química da Alemanha criticando a revolução na matriz energética necessária para o combate das mudanças climáticas. O argumento seria o de que as energias alternativas, em particular a eólica e a solar, não seriam fontes confiáveis para o fornecimento para a indústria; além disso, essa política tornaria a indústria alemã menos competitiva (SCHUTTE, 2014).

Pensando nesse aspecto técnico, uma das estratégias encontradas pela UE foi a de ensejar a criação de bases para uma política comum de energia, ao lançarem o Terceiro Pacote de Energia, que estabeleceu diretrizes visando restringir o controle russo sobre alguns gasodutos construídos, como o OPAL e o NEL, que são complementares ao Nord Stream, abastecendo a Europa Central e a parte Oeste da Alemanha. A Gazprom tinha a intenção de aumentar o controle sobre a condução e manutenção desses gasodutos, mas as novas diretrizes dificultaram o projeto (GOODRICH & LANTHEMANN, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra entre Rússia e Ucrânia, o maior conflito ocorrido na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, pode de fato dar ensejo a novos paradigmas envolvendo duas questões fulcrais e antigas no solo europeu: o poderio energético Russo (seu poder de barganha), e a questão envolvendo a transição energética. Com a alta dos combustíveis e com as deliberações decorrentes do aumento dos preços e da escalada do conflito, toda uma gama de buscas por outras fontes de energia ganha contornos cada vez mais urgentes.

Um dos percalços para a concretização de tais mudanças reside justamente na seara política e operacional. A Europa depende muito das importações de carvão, petróleo e gás russo. Uma grande fatia das importações de energia europeia vem justamente da Rússia. O caminho mais natural, dado o conflito dos russos contra a Ucrânia, seria o de romper essas relações e conseqüentemente acelerar

o processo de transição, mas a realidade não se apresenta tão simples, pois as economias europeias não parecem preparadas para tal ruptura em curto e médio prazo. Mesmo com o crescimento exponencial das energias renováveis e de novas tecnologias, as mesmas ainda estão em desenvolvimento, e seriam medidas mais eficazes em longo prazo. As sanções da União Europeia para com a Rússia se mostram desafiadoras e complexas, o que fica ilustrado nos processos graduais para esse fim (como naquelas envolvendo o petróleo russo).

O conflito e suas deliberações, portanto, mostram não apenas as complexidades inerentes ao intrincado processo de mudança energética, seja pela questão do abandono (ou diminuição) do uso da energia russa, seja pelo lado da transição para uma energia mais limpa e renovável. O que também fica claro é que essa talvez seja conjuntura crítica ideal para a mudança dentro de uma cadeia de processos antigos e quase enraizados nos debates geopolíticos e energéticos.

Certamente o tema será fulcral nos debates acerca da temática da transição energética durante um longo tempo, dada a conjuntura pungente e particular vista, o que denota o ensejo da sugestão para a feitura de estudos sempre atualizados e especificados, como por exemplo aqueles que versem sobre a consolidação das mudanças dos aspectos técnicos da transição, que este artigo explanou ser uma das maiores dificuldades para uma aceleração peremptória das mudanças, bem como daqueles envolvendo os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, dado que as deliberações de um evento tão traumático tendem a ser numerosas e profundas.

Informações sobre recebimento / aprovação e referências separadas por dois espaços.

*Artigo recebido em 01 de julho de 2022,
aprovado em 15 de setembro de 2022.

REFERÊNCIAS

APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia**. In AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Ed.). *Série Conflitos Internacionais*, v. 9, n. 1. Marília: OCI, 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **O Pacto Ecológico Europeu**, 2019.

EIRAS, Rubens. **Estudo segurança energética. Os desafios estratégicos da segurança energética europeia**. Universidad de La Rioja, 2011.

EUROPEAN COMMISSION. **EU Energy Figures** Luxemburgo, 2012.

EUROPEAN UNION. **A Secure Europe in a Better World Bruxelas: European Security Strategy**, 2003.

EUROPEAN UNION. **Energy roadmap 2050**, 2012.

FERNÁNDEZ, Ana; RODRIGUEZ, Laura. "Seguridad De Abastecimiento Energetico En La Union Europea En El Contexto Del Conflicto Gasista Ruso-ucraniano." **Papeles De Europa**, vol.29, 2016.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GOODRICH, L. G.; Lanthemann, M. **The Past, Present and Future of Russian Energy Strategy**, 2013. Disponível em: <https://www.stratfor.com/weekly/past-present-and-future-russian-energy-strategy>. Acesso em 09/06/2022.

GUERRA, Wesley As Teles. **Transição energética na Europa, agora ou nunca**, CIMM, 2022. Disponível em: <https://www.cimm.com.br/portal/artigos/22282-transicao-energetica-europa-ou-nunca>. Acesso em 09/06/2022.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **As razões que levaram Moscou a reivindicar militarmente posições em seu 'estrangeiro próximo' obedeceram alguns motivos, entre eles a questão da energia**. Jornal Nexo, 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2022/Ucrania-e-Russia-uma-guerra-tambem-por-recursos-energeticos>. Acesso em 09/06/2022.

IBP. **Maiores produtores mundiais de gás natural em 2021**, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, 2022. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundias-de-gas-natural-em-2020/>. Acesso em 20/08/2022.

TEIXEIRA JUNIOR, Sérgio. **ESPECIAL: Como a guerra na Ucrânia afeta a transição energética**. Reset, 2022. Disponível em: <https://www.capitalreset.com/especial-a-guerra-na-ucrania-e-o-paradoxo-da-transicao-energetica>. Acesso em 16/08/2022.

KERR, L. de O. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

KESSLER, Luiz Eduardo W. de A. **O Mercado de Gás Russo: Determinantes e Perspectivas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

LEÃO, Rodrigo. **A guerra econômica e energética entre EUA e Rússia impactam o mundo inteiro**. 2022. Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP). Disponível em: <https://ineep.org.br/a-guerra-economica-e-energetica-entre-eua-e-russia-impactam-o-mundo-inteiro>. Acesso em 09/06/2022.

LORENTZ, Luísa Acauan; GODWARD, Marina; RODRIGUEZ, Vitória Gonzalez. **O Mercado de Gás Natural e a Geopolítica Russa**. Dossiê 'A Segunda Guerra Fria?', NOVAS FRONTEIRAS: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul - v.3, n.1 (Jan-Jun), 2016.

NOWAK, Z; Cwiek-Karpowicz, J.; Godzimirski, J. **Russia's Grand Gas Strategy: the power to dominate Europe?** Energy Post, 2015.

POPESCU, M. F., 2015. **The Economics and Finance of Energy Security**. Procedia Economics and Finance, 27, pp. 467-73, 2015.

RODRIGUES, Teresa Ferreira. **Segurança energética e um modelo para o futuro da Europa**. Nação e Defesa, 2019.

ROLO, J. M. **As relações internacionais e a questão da energia na Europa**. Análise Social, v. 10, n. 39, p. 446-477, 1973.

ROMANO, Giorgio. **Segurança energética e mudanças climáticas na União Europeia**. Contexto Internacional. 2014, v. 36, n. 1, 2014.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Crise econômica ameaça liderança da União Europeia no debate sobre energia e mudanças climáticas**. Boletim de Economia e Política Internacional, BEPI, n. 16, 2014.

SILVA, Antônio Costa. **A segurança energética da Europa**. Nação e Defesa, n. 116, 2007.

UMBACH, F. **Russian-Ukrainian-EU gas conflict: who stands to lose most?**, 2014. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2014/nato-en-ergy-security-running-onempty/Ukrainian-con-flict-Russia-annexation-of-Crimea/EN/index>. Acesso em 21/08/2022.